Ainda existem 57 municípios sem planos de defesa da floresta

18 de Janeiro, 2018

O secretário de Estado das Florestas disse ontem que “ainda existem 57 municípios que não têm Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios aprovados”, indicando que o Governo disponibilizou uma equipa do ICNF para acompanhar o processo, noticia a agência Lusa.

“Lançámos um alerta, fizemos um contacto com cada um dos municípios e disponibilizámos uma equipa do ICNF [Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas] para acompanhar a preparação do processo para aprovação dos planos [PMDFCI], que se não forem concretizados terão um impacto negativo no orçamento dos municípios”, afirmou o governante Miguel Freitas.

No âmbito de uma audição parlamentar na Comissão de Agricultura e Mar, requerida pelo BE, o secretário de Estado das Florestas explicou que a regulamentação dos PMDFCI integra a reforma da floresta, acrescentando que o Governo está focado “na necessidade de, rapidamente, operacionalizar um conjunto de medidas [...], todas aquelas que são necessárias para que o ano de 2017 não se repita”.

“O país não está satisfeito com a floresta que tem. Temos que mudar, temos que fazer aquilo que é preciso para que a floresta se ajuste melhor àquilo que são as novas condições que se vivem nos territórios rurais”, defendeu o governante, considerando que o último ano foi “trágico” em termos de incêndios florestais, pelo que é preciso tirar “algumas lições” e “pensar o futuro”. Dos 308 municípios portugueses, “ainda existem 57 municípios que não têm PMDFCI aprovados”, avançou Miguel Freitas.

Sobre o trabalho do atual executivo após os fogos de 2017, o secretário do Estado das Florestas destacou três prioridades – a preservação dos recursos do solo e da água, os parques de madeira ardida e a proteção das matas públicas.

“A floresta portuguesa está quase toda assente em solos de fraca qualidade e quando ocorrem incêndios o que acontece é que, como não fazemos o trabalho bem feito, perdemos ainda mais solo e perdemos ainda mais qualidade dos solos que temos”, advogou o governante.

Neste sentido, Miguel Freitas considerou “essencial” a questão da estabilização de emergência dos solos ardidos, revelando que “existem ainda muros burocráticos” que impedem uma resposta rápida neste âmbito.

“Não podemos deixar de transmitir ao país e transmitir àqueles que têm responsabilidade em executar as tarefas de estabilização de emergência o sentido de urgência”, declarou o secretário do Estado, lembrando que foram disponibilizados 50 milhões de euros para intervenções neste âmbito e, “além disso, o ICNF e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), com as

autarquias, têm executado ações de estabilização de emergência”.

De acordo com o governante, “foram feitas 12 estabilizações de emergência no último ano”.

“Pela primeira vez em Portugal houve ações de estabilização no ano em que os incêndios ocorreram”, reforçou Miguel Freitas, admitindo que, ainda assim, “é evidente que o que está a ser feito não é o suficiente”.

**Foto Reuters*